



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640124 - SP (2021/0013181-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DANIEL ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADO : DANIEL ROBERTO DE SOUZA - SP289297
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VANDER DO CARMO LINDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *Habeas Corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VANDER DO CARMO LINDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 000163-06.2014.8.26.0282).

O paciente foi condenado a cumprir, em regime inicial semiaberto, a pena de 01 ano de reclusão e a pagar 10 dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 155, *caput*, do Código Penal. O paciente responde o processo em liberdade.

O impetrante sustenta que "considerando a pena fixada geralmente muito inferior ao máximo recomendado pelo regime, há que se questionar qual a proporcionalidade de uma decisão que fixa regime mais gravoso não obstante a quantidade da pena aplicada justifique o regime aberto ou o semi-aberto, nos termos do artigo 33, § 2º, "b" e "c", do Código Penal, " (fl. 14)

Aduz, que "a reincidência, por si só, não constitui motivação idônea que justifique a não aplicação do artigo 33, § 2º, "c", do Código Penal no que diz respeito à fixação do regime de cumprimento de pena e, passem, no caso dos autos, nem presente está a reincidência, mas tão somente maus antecedentes. Conforme já foi dito, é completamente desproporcional que, somente devido aos maus antecedentes, o Paciente condenado ao mínimo legal pela prática de furto simples inicie a condenação em regime intermediário, devendo, in casu, a proporcionalidade ser devidamente observada. " (fl. 15)

Requer, liminarmente e no mérito:

1- impedimento da concretização da prisão da Paciente

antes do julgamento final do presente habeas corpus suspendendo-se o cumprimento do mandado de prisão expedido contra o Paciente;

2- concessão das benesses previstas no artigo 44 ou 77 do Código Penal, ou pelo menos anular o v. acórdão, afastando a reincidência como óbice à sua concessão;

3- estabelecimento do regime inicial aberto. (fl. 18)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Além disso, foi consignado o seguinte no acórdão do TJSP:

Não é caso de se reconhecer o a incidência da forma privilegiada do § 2º do artigo 155 do Código Penal, aqui inviável porque o Réu registra maus antecedentes (fls.346/348 e 351); portanto, vedado está o privilégio. De outro lado, os bens subtraídos não podem ser considerados de pequeno valor (motocicleta e capacete, avaliados em R\$ 3.050,00 conforme auto de avaliação de fls.86), especialmente se considerada a situação do cidadão médio brasileiro, que sobrevive com um salário mínimo mensal, e muitas vezes depende desse meio de transporte.

Também não merece guarida o recurso quanto ao regime prisional, pois os registros criminais (fls.344/352) indicam que outros processos não o intimidaram de praticar novo crime, impondo que o regime inicial de cumprimento da pena seja o semiaberto (e poderia ser o fechado até!), pois as circunstâncias pessoais do agente devem ser consideradas para a fixação da intensidade, nos termos do artigo 33, § 3º, do Código Penal, ainda que a quantidade da pena permita, em tese, regime mais brando (artigo 33, § 2º, letra “c”, do Código Penal).

É o mesmo fundamento, aliás, a impedir a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, nos termos do artigo 44, inciso III, do Código Penal. (fld. 508-509)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência